

LEITURAS

Livros

A EUROPA E O MUNDO - OS CAMINHOS DO FUTURO

Pedro Álvares, Publicação Europa-América, Lisboa, 1990

Os aspectos da política comercial comum da CEE têm geralmente sido relegados para segundo plano, em detrimento dos aspectos monetários, agrícolas ou político-institucionais, quando se trata de encontrar os mecanismos que permitem identificar os Doze como algo mais que uma soma de Estados membros.

Não deixa portanto de ter a sua dose de originalidade, e certamente uma grande importância, o trabalho que Pedro Alvares publicou na Europa-América, intitulado *A Europa e o Mundo - Os Caminhos do Futuro*, embora fosse mais apropriado a «Europa do Comércio» e o «Mundo do Comércio».

Pedro Alvares é actualmente conselheiro técnico principal na Representação Permanente de Portugal junto das Comunidades Europeias, coordenador dos assuntos relativos às relações externas e responsável directo pelos 14 grupos de negociação sobre as mercadorias e pelo Grupo de Negociação sobre os Serviços do «Uruguay Round», pelos assuntos relativos à vertente externa do Mercado Interno e pelas relações CEEI/China.

Como se não bastasse, cabe ainda referir que durante dez anos, foi o responsável no Secretariado da EFTA pelos assuntos relativos à economia portuguesa, tendo participado desde 1974 na então Missão de Portugal junto das Comunidades Europeias, nas negociações que levaram à assinatura dos protocolos adicional, complementar, transitório e de pré-adesão do Acordo de Comércio Livre Portugal/CEE e nas negociações de adesão desde o seu início.

Trata-se, como é óbvio, de um especialista ou, se quisermos, de um eurocrata», sem a carga pejorativa que por vezes se associa ao termo.

Como especialista que é, o autor (que já publicou o livro *Portugal na CEE* e foi co-autor de *Portugal e o Mercado Comum*) escreveu uma obra destinada fundamentalmente a especialistas

ou àqueles que nas suas actividades necessitam de ter à mão obras de consulta que os orientem nos complexos meandros de Bruxelas.

A Europa e o Mundo é uma exaustiva análise de todos os acordos, protocolos, regulamentos e negociações a que os Doze, enquanto tal, estão obrigados. Em detalhe (quer sob o aspecto qualitativo quer quantitativo) são apresentados os acordos com os países terceiros, incluindo aqueles que também se encontram integrados em organizações supranacionais.

Na segunda parte do livro «O Salto Qualitativo dos Anos Noventa e os Desafios do Século XXI» -, Pedro Alvares apresenta-nos a sua perspectiva de evolução das relações comerciais na CEE, já sob o Mercado Único de 1992, salientando sempre as suas implicações para Portugal.

O terceiro e último capítulo é dedicado ao «Uruguay Round», destacando-se um pormenorizado historial do GATT e dos ciclos de negociação anteriores.

Como se disse, *A Europa e o Mundo* é sobretudo uma obra de consulta, com uma boa subdivisão por temas, que facilita a procura de assuntos específicos. Salienta-se também a seriedade do trabalho, digna da dedicação que Pedro Alvares tem pelo ideal da integração europeia, capaz de esclarecer pontos sobre os quais muitos falam de cor.

Para além destes aspectos técnicos, destacam-se algumas análises interessantes, à margem, sobretudo aquela que prevê a transformação da Sueste da China (onde se situam Hong Kong e Macau) numa espécie de NIC capaz de competir com a Coreia do Sul, Taiwan ou Singapura, ou ainda a política britânica para a CEE e as diferenças entre a Europa do Sul e do Norte.

A grande falha do livro, aliás reconhecida pelo autor, foi ter sido escrito durante um período (fins de 1989) em que o mundo, e em particular a Europa, atravessavam grandes transformações, para já não falar dos acontecimentos do Golfo, onde os aspectos políticos da actividade comercial foram mais uma vez demonstrados pelo embargo ao Iraque.

Duarte Calvão

DICIONÁRIO DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Charles Zorgbibe, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990

Os dicionários temáticos descendem da visão enciclopédica da História. São mais flexíveis e especializados que a «mãe» enciclopédia, logo mais direccionados para o interesse particular do utilizador.

Numa época em que o estudante tende a «perder-se» em bibliografias cada vez mais extensas, dicionários como este constituem marcos de orientação e referência que ajudam a situar, sobretudo, o iniciado nestas matérias. Todavia, o caso da disciplina de política internacional, enquanto campo autónomo recente de estudo científico, é diferente entre nós.

Em Portugal não abundam obras sobre a temática das relações internacionais e o dicionário de Charles Zorgbibe vem contribuir decerto para enriquecer a bibliografia daqueles que se interessam por este domínio da actividade política. Charles Zorgbibe é um especialista em política internacional, autor de diversos ensaios, entre os quais se destacam *Géopolitique contemporaine* e *Les alliances dans le système mondial*.

O *Dicionário de Política Internacional* resulta da tradução da obra homónima publicada pela Presses Universitaires de France, em 1988. Há, contudo, uma excepção. Foi introduzida uma nova entrada sob o título «Portugal», da autoria de José Medeiros Ferreira.

A intervenção soviética no Afeganistão é o primeiro tema das 156 entradas deste dicionário que se detém, com mais demora, nos países com maior importância estratégica, nas principais instituições internacionais e nas zonas de conflito mais significativas do mundo.

A principal limitação da obra é a desactualização. Trata-se, naturalmente, de um problema comum a toda a informação, mas que no domínio da política internacional ganhou outra acuidade nos últimos anos, os já chamados «anos de todas as mudanças». De facto, desde a data da publicação do original deste dicionário (1988) que a geografia política mundial sofreu inúmeras e radicais alterações.

Os pressupostos do livro de Zorgbibe assentam ainda na guerra fria e num clima de confronto bipolar. Hoje, apesar das incertezas, os pressupostos da análise da política internacional envolvem outras coordenadas, sejam as da assunção de potências regionais (o caso do Iraque é paradigmático), sejam as da afirmação da Europa como potencial bloco de protagonismo.

Apesar disso, o *Dicionário de Política Internacional* tem um interesse histórico-pedagógico inegável, pois para hoje se poder perceber o alcance das mudanças recentes importa conhecer os factos que as originaram.

Para se entender, por exemplo, a reunificação alemã (que o autor, em 1988, está longe de sonhar) vale a pena recordar como se processou a ocupação da Alemanha em 1945; o levantamento da tutela tripartida sobre a Alemanha Ocidental; a doutrina Hallstein, que definia a RFA como único representante do Estado global originário; os tratados de Moscovo e de Varsóvia (1970) e o tratado RFA-RDA (1972), acontecimentos que o livro documenta.

É o que acontece também com a situação de conflito no golfo Pérsico. Charles Zorgbibe, que em 1984 escreveu um livro curiosamente intitulado *Nuages de guerre sur les émirats du Golfe*, historia neste dicionário o conflito israelo-árabe e a guerra Irão-Iraque, embate cujas motivações e consequências ajuda a entender a invasão do Kuwait e a nova guerra que aí se originou.

A entrada sobre Portugal, escrita por Medeiros Ferreira, traça o perfil do país em termos de política externa partindo do «corte epistemológico» introduzido com o 25 de Abril de 1974. Na sua análise, o autor desenvolve a política de descolonização empreendida no período pré-constitucional, a «opção europeia» tomada após a «normalização democrática» e ainda a situação estratégica de Portugal, nomeadamente à luz das nossas relações com os Estados Unidos e do nosso enquadramento na NATO.

Para o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, a «opção europeia» é a grande novidade da política externa portuguesa pós-25 de Abril. Depois de passar em revista os passos da integração na CEE até à assinatura do Acto Único, Medeiros Ferreira lança a questão do «melhor equilíbrio possível entre a atlanticidade e a continentalidade da Comunidade» tendo em conta a unificação alemã e os novos alargamentos para Leste. Este poderá ser, também para Portugal, o grande desafio. Nas suas palavras: a «opção entre uma Comunidade Europeia, entidade com características próprias, ou a renovação dos clássicos sistemas de alianças».

António José Teixeira

LA DIFESA EUROPEA: PROPOSTE E SFIDE

Luigi Caligaris (coord.), ISPI, Edizioni di Comunità, Milão, 1990

«A Defesa Europeia, Propostas e Desafios» é o título de um livro lançado em Itália pelo Instituto de Estudos de Política Internacional de Milão, reunindo trabalhos de mais de 25 especialistas europeus. Trata-se de uma obra de análise e reflexão sobre o futuro da política de defesa dos países europeus, após as grandes transformações a leste, e sobre a redefinição dos objectivos das instituições que garantem a segurança no continente.

O primeiro capítulo, intitulado «O ponto de vista internacional», apresenta artigos de Giovanni Jannuzzi, secretário-geral da CPE - Cooperação Política Europeia, de Marcello Guidi, ex-vice-secretário-geral da NA TO, e de Willem van Eekelen, secretário-geral da UEO, entre outros.

Na segunda parte, diversos especialistas analisam o problema sob a perspectiva dos países europeus ocidentais integrados nas organizações de defesa, havendo depois capítulos especiais dedicados aos Estados Unidos, Canadá, leste europeu, países neutros e às implicações da política do continente em relação ao norte de África e Médio Oriente.

O livro foi organizado por Luigi Caligaris, comentarista de assuntos estratégicos e militares do *Corriere della Sera* e do *Europeo*, para além de membro do Conselho Directivo do Instituto de Política Internacional de Milão, que também assina a introdução e as conclusões.

A.J.T.

Colóquios

I FORUM EURO-LATINO-AMERICANO

«A EUROPA NOS ANOS '90» E AS OPÇÕES LATINO-AMERICANAS»

São Paulo, Brasil

«A emergência de uma multipolaridade económica e de uma convergência no campo dos valores abre novas possibilidades às relações euro-latino-americanas, pois alarga o leque de

opções da América Latina e potencia o aumento do interesse da Europa por essas relações».

Para examinar esta problemática, e confrontar os pontos de vista e as experiências dos políticos, dos empresários e do meio acadêmico, esteve reunido em São Paulo, Brasil, em 11 e 12 de Julho de 1990, o I Forum Euro-Latino-Americano, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, e pelo Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, através do Instituto Roberto Simonsen, sob o alto patrocínio da Comissão das Comunidades Europeias.

Em Dezembro de 1991 realiza-se em Brasília a reunião preparatória do II Forum, que reunirá em Lisboa em Abril de 1992.

Não obstante a evidência da primeira conclusão do encontro de São Paulo, que reproduzimos a abrir, o optimismo andou longe das intervenções da generalidade dos participantes, em particular os latino-americanos, que, baseados na política tradicional da CEE para a América Latina, conjugada agora com a construção do mercado único e a emergência de uma nova realidade no Leste europeu, temem que o continente sul-americano continue relegado para último lugar na lista das prioridades da Europa.

Na definição do quadro no qual devem ser analisadas as novas oportunidades que se abrem ao reexame das relações euro-latinas-americanas e que é o da multipolaridade como reorganizadora do sistema internacional, comungaram todos os participantes. O prof. Celso Lafer, da Universidade de São Paulo, notou a velocidade das transformações e a não reiteração de processos que alteram as linhas de partilha da vida internacional vigentes desde a Segunda Guerra Mundial e, em síntese, significam o fim da guerra fria, o qual, por sua vez, tem implicações no campo dos valores e no campo estratégico-militar.

No campo dos valores, foi alterado o « "soft-power" de certos intangíveis, representados pela cultura, pela ideologia e pelas instituições da tradição da esquerda que tinha, apesar de todas as críticas, que remontam aos anos 50, no "socialismo real" um ponto de referência». A afirmação de um regime socialista era o que «legitimava a existência de uma Alemanha Oriental e obstruía doutrinariamente a reunificação alemã», como o «espírito do patriotismo soviético e do internacionalismo socialista», inscrito na Constituição da URSS de 1977 unificava as 300 nacionalidades da União Soviética que «agora colocam problemas para a legitimidade de um Estado centralizador», cuja ideologia perde crédito interna e externamente, o que assinala o fim da «comunidade socialista» e representa, por exemplo, a obsolescência do COMECON.

No plano internacional, observa o professor Celso Lafer, esta evolução permite a «sublevação dos particularismos» e a «acção de forças centrífugas legitimadas pela reivindicação da liberdade de auto-expressão colectiva de etnias, nacionalidades e religiões». Por outras palavras, «alguns dos problemas internacionais do século XX, derivados dos impérios multinacionais - o otomano e o austro-húngaro - voltaram à ordem do dia».

No campo estratégico-militar, «o "hard-power" das armas nucleares, baseado na dissuasão do equilíbrio do terror e na lógica das alianças estratégicas que se fundamentavam no conflito EUA/URSS, perdeu sentido, em função do novo patamar de entendimento entre as duas superpotências» - isto é, «o conflito Leste-Oeste deixou de ser o parâmetro estruturador da segurança no sistema internacional e daí a obsolescência do Pacto de Varsóvia e da NATO e, por conseguinte, uma desestrategização das relações internacionais».

Esta revolução afecta a URSS, «cuja acção externa se vê hoje limitada pelos seus problemas internos», mas também os EUA, sobretudo no campo económico, onde «operam forças centrípetas que vêm levando à integração das economias desenvolvidas em grandes blocos» e onde, por via dos progressos científico e tecnológico, diminui «a importância relativa aos produtos primários e das matérias-primas para a economia internacional». Os EUA viram, na década de 80, a sua competitividade diminuir perante o Japão e a Europa comunitária. Em troca de segurança, os Estados Unidos «podiam reivindicar apoio económico-financeiro do Japão e da Europa - por exemplo, para sustentar o dólar». A realidade, hoje, é diferente.

Para Celso Lafer, esta multipolaridade ainda em fase de definição pode abrir novas oportunidades para a inserção internacional da América Latina, particularmente tendo em vista o relacionamento com a Europa. Exemplo disto é o discurso do Presidente Bush, sublinhando uma nova importância da América do Sul para os Estados Unidos. Por outro lado, «se as palavras-chave no mundo parecem ser liberdade, competitividade e prosperidade, a Europa, mais do que qualquer outra região, combina-as com uma preocupação social que deriva dos valores da social-democracia». Acontece que este modelo «é convergente com as liberdades democráticas ora vigentes na América do Sul, com a competitividade que vem caracterizando temas-chave da política económica da nossa região e com a prosperidade indispensável pelo lidar com a dívida social e as desigualdades que é preciso superar para viabilizar a democracia e a economia de mercado na América Latina».

Se este quadro das novas realidades mundiais não suscitou discordâncias, já quanto às expectativas que gera foi nítida a divisão entre europeus e latino-americanos. Particularmente pessimista, negando o interesse da Europa comunitária numa aproximação privilegiada com a América Latina, foi o embaixador Geraldo Cavalcanti, chefe da Missão do Brasil junto da CEE, que criticou em termos severos um estudo encomendado pela Comissão Europeia, «Análise das exportações latino-americanas para a CEE», a pedido do grupo de embaixadores dos países da América Latina junto das Comunidades.

Trata-se, segundo Cavalcanti, de um estudo «unilateral, que conceptualmente apresenta conclusões de carácter duvidoso e, sobretudo, perigoso, pois, longe de contribuir para um melhor diálogo e a busca conscienciosa de soluções para os problemas existentes, apenas reforça os vícios do diálogo anterior, que consistiam, precisamente, na recusa em aceitar co-responsabilidade nas causas e, por conseguinte, nas soluções dos problemas».

A deterioração das relações económicas e comerciais entre a CEE e a América Latina tem, segundo o estudo, como causas principais, políticas macroeconómicas e comerciais incorrectas dos Governos latino-americanos; baixa prioridade concedida ao desenvolvimento de recursos humanos; a ausência de um clima favorável ao investimento privado estrangeiro. O embaixador Cavalcanti considera este diagnóstico incompleto porque exclui «questões fundamentais como o impacte da Política Agrícola Comum sobre as exportações latino-americanas, os efeitos do proteccionismo industrial, os resultados das políticas preferenciais (as discriminações tarifárias e não tarifárias) e até, mesmo, as discrepâncias de tratamento na cooperação económica».

Especificamente, disse Cavalcanti que, «graças a uma onerosíssima política de subvenções que consome mais de metade do orçamento comunitário, a Comunidade passou de importadora líquida a exportadora líquida de produtos tais como açúcar, trigo e carne de bovino, e caminha para o auto-abastecimento em outros, como milho e arroz, produtos de que foi importadora substancial e que figuravam antes na pauta das exportações latino-americanas». Quanto ao proteccionismo industrial, este tem aumentado nos países industrializados, conforme dados da OCDE; e quanto à discriminação comercial, Cavalcanti frisou que a média tarifária aplicada aos produtos de origem latino-americana é 13 vezes superior à aplicada aos produtos africanos e 1,5 superior à aplicada aos produtos oriundos da Ásia. Por outro lado, a existência de um acordo preferencial com os 66 países do acordo de Lomé (no qual estão apenas incluídos dois países latino-americanos, o Haiti e a República Dominicana) constitui «implicitamente uma discriminação contra a América Latina», do mesmo modo que a atribuição dos recursos comunitários para a cooperação

com países em vias de desenvolvimento, excluindo os do acordo de Lomé: 60 por cento para a Ásia e 40 por cento para a América Latina, dos quais 10 por cento, para a América Central.

Geraldo Cavalcanti contestou igualmente o modelo de América Latina apresentado no estudo, que classificou de «abstracção», uma vez que muitas das críticas da Comissão não se aplicam aos países latino-americanos mais avançados, designadamente no respeitante à participação dos produtos primários nas exportações (que o estudo responsabiliza em grande parte pela deterioração das relações comerciais entre as duas regiões), a qual tem vindo a descer.

Por fim, o embaixador explicou a razão pela qual considerava perigoso o estudo da Comissão: «ao dar um suposto fundamento objectivo para o imobilismo político em relação à América Latina, perpetua o diálogo de surdos».

«Por que razão - perguntou Cavalcanti - a América Latina pesa tão pouco nas preocupações da Comunidade Económica Europeia? Por que é que, quando se reúnem os ministros europeus para discutir as relações da Comunidade com o resto do mundo sobra para a América Latina apenas um *bout de phrase* nos comunicados conjuntos, do género "foram também analisadas as relações com a América Latina"? E aqui, justiça será feita, este *bout de phrase* é, normalmente, uma concessão feita aos esforços de Portugal e de Espanha para que não se deixe de mencionar a região latino-americana».

O embaixador adianta razões para esta conduta: para incorporar Portugal e Espanha, a Comunidade articulou-se sobre os eixos das antigas potências coloniais que tiveram os seus impérios ou zonas de influência basicamente na África e na Ásia, e foi aos países desses continentes que estendeu formas de associação e de tratamento preferencial. As preocupações com a América Latina são posteriores, impulsionadas por Claude Cheysson nos anos 80, com uma vertente política (incursão na zona de influência norte-americana) e uma vertente económica (utilizar as potencialidades do mercado latino-americano para a expansão tecnológica da Europa). Em 1987, o Conselho de Ministros da CEE aprovou uma conclusão segundo a qual as relações euro-latino-americanas deveriam reflectir uma «importância particular», devido a razões históricas, políticas, económicas e culturais»; e recomendava uma «estratégia de conjunto coerente» para o reforço das relações. Na realidade, notou o embaixador Cavalcanti, ao aludir a «estratégia» a CEE não pensava numa revisão do carácter das relações, mas apenas numa «melhor coordenação dos mecanismos de cooperação existentes». Cavalcanti realçou, neste contexto, os esforços de Portugal e

Espanha para trazer para a Comunidade uma dimensão atlântica ou latino-americana, o que «tem sobretudo a ver com objectivos nacionais dos dois países (...) que se engrandecem na Comunidade se para ela trouxerem o contributo de uma relação especial com outras regiões», mas que a América Latina deve encorajar. E nem sempre, frisou Cavalcanti, os países latino-americanos têm reagido de forma «construtiva e dinâmica às iniciativas que a Comissão tem tomado para melhorar o clima de cooperação».

Existirá uma opção europeia para a América Latina? Geraldo Cavalcanti foi peremptório: não há. «Na visão comunitária de um mundo europocentrista, a América Latina continua a figurar na superfície mais externa de uma série de círculos concêntricos», o que virá a ser agravado pela maior atenção que a Comunidade presta hoje aos problemas dos países de Leste, muitos dos quais produtores concorrentes dos latino-americanos. Os receios de Cavalcanti derivam menos do desvio de fundos comunitários para o Leste europeu do que do desvio adicional de correntes de comércio e de fluxos de investimento. O que dificultará ainda mais a indispensável integração da América Latina no sistema económico mundial.

Ponto de vista idêntico defendeu Felipe Paolillo, embaixador do Uruguai nas Nações Unidas, para quem o mercado único europeu, a julgar pelos indícios existentes, não só não beneficiará a América Latina - ao contrário do que a CEE promete, ou seja, a crescente liberalização do comércio mundial -, como tornará mais difíceis de ultrapassar os obstáculos actuais, quer ao comércio quer ao investimento estrangeiro, porque «os antecedentes tendem a sugerir que a Comunidade persistirá na sua política de protecção e discriminação», e porque o mercado único constituirá um incentivo ao investimento no território comunitário e os países do Leste europeu surgem agora como destino atractivo para os capitais da Europa Ocidental e, bem assim, para a assistência técnica e económica, «em detrimento de outras regiões do mundo, em particular a América Latina».

O embaixador Paolillo responderia a estes renovados desafios com a integração económica e a concertação política latino-americanas. Favorecem-nas a estabilidade política da região com base no funcionamento pleno do sistema democrático; a continuidade da política externa; e a coincidência na direcção dos processos nacionais de reformas. A iniciativa do presidente Bush, que propõe a criação de uma zona de comércio livre entre os EUA e cada um dos países da região deve merecer, neste contexto, a atenção dos governos latino-americanos, não obstante vaga e, aos olhos de Paolillo, inexecutável. Todavia, ela encerra um potencial de desenvolvimento económico e social da América Latina, na medida em que os Estados Unidos precisam de se apoiar nesta região, a fim de manter a supremacia

política e económica perante a ameaça de uma perda relativa de poder resultante da consolidação dos outros dois grandes pólos económicos - Europa e Japão.

«É a primeira vez que os EUA não só abandonam a tradicional posição de desconfiar dos esforços integracionistas do hemisfério, como também aceitam a integração enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento económico da região» - salientou Paolillo.

Mas, apesar de vários e antigos esforços, a América Latina parece ainda longe da Comunidade Latino-Americana de Nações «que se apresenta como ideal e objectivo da integração económica e da aproximação política» - no dizer do Hugo Palma, embaixador do Peru no Brasil e presidente do Programa de Estudos Conjuntos sobre as Relações Internacionais da América Latina, sendo evidente que, «na medida em que a América Latina consiga consolidar os seus mecanismos de concertação, isto é, traduzir a sua proclamada identidade na defesa e promoção efectivas dos seus interesses comuns, em melhor situação se encontrará para estabelecer uma relação mais saudável e proveitosa com outras regiões e particularmente com a Europa».

Por outras palavras, as de Laurence Whitehead, do Nuffield College, de Oxford, a «fortaleza Europa» pode ser contrariada pela «fortaleza Américas», mas trata-se de uma hipótese distante. Whitehead dissertou sobre a velocidade e a escala das transformações na Europa, salientando a grande margem de incerteza própria de muitas variáveis, pelo que a natureza e a direcção das repercussões dessas mudanças na América Latina são extremamente difíceis de prever.

Que muito dependerá do posicionamento da própria América Latina não sofre dúvida para ninguém. O embaixador Siqueira Freire, coordenador do projecto euro-brasileiro do IEEI, referiu-se à necessidade de iniciativa latino-americana, saudando a posição tomada na cimeira de Antígua sobre o mercado comum dos cinco países da América Central e sublinhando as vantagens de os países da região ultrapassarem os seus individualismos tradicionais. Siqueira Freire recordou que é orientação da política portuguesa na CEE manter as portas abertas para outras zonas de interesse, nomeadamente a África e o Brasil, «sem que isto signifique menos atenção em relação aos restantes países latino-americanos».

Na mensagem que enviou ao Forum, o Presidente Mário Soares afirmava que «no seio da Comunidade Europeia, Portugal será sempre uma voz a favor do aprofundamento e da intensificação dos laços entre a Europa e os países em vias de desenvolvimento», e considerava «insustentável» a situação decorrente da dívida externa, uma vez que «priva as

novas democracias latino-americanas dos meios indispensáveis para fazerem face aos anseios legítimos das populações».

O reforço e a operacionalidade das relações institucionais ocupou vários participantes, designadamente Albrecht von Gleich, director do Institut für Ibero-Amerika-Kunde, e Guilherme d'Oliveira Martins, assessor do Presidente Soares, tendo o primeiro salientado que a estrutura institucional baseada na presunção de um continuado confronto leste-oeste que enquadrava as relações euro-latino-americanas tem que ser substituída por mecanismos de crescente cooperação multilateral, ao mesmo tempo que as democracias da América Latina requerem uma consideração diferente da que era reservada às ditaduras.

Guilherme d'Oliveira Martins apresentou sugestões concretas para melhorar o diálogo e a sua eficácia, nomeadamente a criação de instâncias de informação mútua empresarial, económica, financeira e cultural, e de um comité de consultas, fugindo, porém, à tentação de pensar que será fácil e rápida a criação de instrumentos de cooperação política e económica.

João Paulo Oliveira

VII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA

«EUROPA DO SUL/EUROPA DO LESTE

O EQUILÍBRIO EUROPEU: NOVOS DESAFIOS»

Lisboa, 8, 9, 10 de Novembro 1990

Perante um mundo que evolui em clima de incerteza e em que o desafio dos estrategas é o planeamento na incerteza, como diz Heisbourg, algumas certezas merecem referência num balanço desta conferência.

A convicção de que o processo integrador europeu se está a desenvolver, não sofrendo o abalo grave que alguns pensavam vir das mudanças no leste e da unificação alemã. Pelo contrário, encontrou nessas transformações um estímulo para dar passos suplementares.

Ficou também a forte convicção de que alguns países da Europa de leste como a Polónia, a Hungria e a Checoslováquia - além da Alemanha unificada - estão claramente no caminho da democracia.

Subsistem, no entanto, muitas incertezas sobre a maneira como as reformas económicas e as reformas políticas se vão consolidar. Contudo, fica a ideia de que esses países estão no caminho para uma transição democrática com sucesso.

A dicotomia integração/desintegração esteve também em foco. Se na Europa ocidental a tendência para a integração não foi posta em causa e, pelo contrário, se acelerou, a ideia de que na Europa de leste a desintegração seria a regra não foi tão evidente. Vários países na Europa de leste, ao mesmo tempo que assumiam a sua plena soberania e afirmavam o Estado-nação, estavam desde logo predispostos a ceder soberania se a Comunidade Europeia os aceitasse. A força do processo integrador europeu parece ser assim de sublinhar.

A Europa do sul, que se caracterizou desde a Segunda Guerra Mundial pela fragmentação, tendo como factor integrador estratégico a sua relação com os Estados Unidos, europeizou-se. A Europa do sul é favorável à união política, valorizando nesta procura a importância da coesão económica e social, e afirma a necessidade de se encontrar um novo equilíbrio europeu resultante da unificação alemã e da grande capacidade que a Alemanha tem de desenvolver uma política em relação ao leste.

Consenso mereceu também a necessidade de o sul do Sul não ser marginalizado, ou seja, de a Europa não concentrar exclusivamente as suas atenções nos gravíssimos problemas de leste, mas de equilibrar o apoio às reformas naquela região com o apoio ao sul do Sul; Sul que, para a Europa, começa no Mediterrâneo árabe e islâmico.

É importante reconhecer que no Atlântico sul e na América Latina existem países de raiz cultural europeia que são hoje democracias e que não devem ser marginalizadas. Saliente-se que, ao contrário do que se pensava há um ano, não é a Europa do sul que sente que os fluxos de investimentos e de programas comunitários estejam a desaparecer. Pelo contrário, como diz Maciej Perczynski, o problema para a Europa central não é que os alemães estão a vir, o problema é que os alemães não vêm (pelo menos ao nível que é necessário). Deve, no entanto, dizer-se, como na década de 70, que há uma relação estreita entre estabilidade democrática e integração europeia.

A união política é uma necessidade, não só porque, como afirmou Lucas Pires, o próprio mercado único a exige, mas porque a dissolução dos nacionalismos europeus assim obriga - para integrar melhor os diferentes Estados e para não voltarmos às guerras civis intra-europeias, e ainda pelo facto de a Europa ter que possuir uma política externa e de

segurança mais comum, mais convergente, dado que é obrigada a assumir cada vez maiores responsabilidades mundiais.

A nova arquitectura europeia, seja ela concebida a partir de círculos ou de «madriskas» (como propôs John Roper), deve ser construída a partir de instituições dinâmicas, que poderão crescer e englobar mais membros.

Ficam as interrogações sobre qual o lugar das novas democracias europeias e o que virá da União Soviética pós-União ou nova-União. É evidente que todos os países da Europa têm um lugar na CSCE, e também no Conselho Europeu quando se tomarem democracias plenas. Contudo, para alguns isso é insuficiente e não corresponde às suas expectativas. É na sua relação com a Comunidade Europeia que querem encontrar a estabilidade para o seu processo democrático. E aqui surgem duas ideias passíveis de concretização. Uma é a ideia de super-associação, isto é, a ideia de a CEE criar um novo tipo de associação com países do leste europeu, um mercado comum alargado a esses países. Outra, é a ideia de iniciativas de integração subregionais lançadas pela CEE, o que constituiria um caminho de associação desses países com a Comunidade.

Quanto àquilo que se pode chamar o sul do Sul, nomeadamente as relações com a África e com a América Latina, importa evitar marginalizações e, face à nova situação europeia, não globalizar a ameaça do sul. Seria um erro considerar que esta ameaça é da mesma natureza da que foi a do leste e que a ameaça do sul seria o novo cimento que iria congrega a Europa e os Estados Unidos na Aliança Atlântica como no passado a ameaça do leste.

Se a NATO alargar a sua concepção de «fora de área», do ponto de vista militar estará a globalizar a ameaça do sul. Uma vez que os conflitos no sul são muito mais conflitos sul-sul do que norte-sul, é muito mais eficaz para a sua resolução e contenção uma convergência caso a caso, de acordo com o conflito em presença, entre a Europa ocidental (no quadro da UEO) e os Estados Unidos. Assim se conseguirá um equilíbrio europeu e uma relação estável com os Estados Unidos.